

**ORIENTAÇÕES PARA RESPONDER AO CONVITE DE
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA O CRIAÇÃO
DE UMA REDE REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO
MULTI-ACTORES SOBRE AGRO-ECOLOGIA NA
REGIÃO DA COMUNIDADE DE
DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)**

para

Co-candidatos do Consórcio RMRN

Em matéria de

Agro-ecologia na Região da SADC

I. VISÃO GERAL

1. O consórcio da REDE REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO MULTI-ACTORES (RMRN) visa apoiar e promover a transição dos sistemas agro-alimentares ao longo da via agro-ecológica na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Estas orientações fornecem informações sobre o consórcio RMRN e o que o CCARDESA gostaria de ver numa proposta (tópicos prioritários), juntamente com um esboço bem definido e um conjunto de critérios de selecção que irão auxiliar o CCARDESA a determinar melhor qual a proposta de consórcio que melhor se adequa aos objectivos da RMRN sobre agro-ecologia na região da SADC.

II. COMPOSIÇÃO DE UM CONSÓRCIO RMRN

2. O CCARDESA é o requerente da subvenção, e os co-requerentes são as quatro categorias de instituições enumeradas no parágrafo 5 abaixo. O CCARDESA fornecerá orientação e apoio aos membros da RMRN, facilitará a comunicação, supervisionará a gestão dos recursos e estabelecerá a ligação entre a RMRN e as políticas e prioridades das Comunidades Económicas Regionais. Haverá um memorando de entendimento entre o CCARDESA e os membros da RMRN. Será celebrado um contrato entre uma delegação da UE e o Secretariado do CCARDESA, incluindo a RMRN seleccionada.
3. O consórcio RMRN deve ser um grupo de instituições e organizações que liderem processos científicos e de (co-)criação de conhecimentos centrados em sistemas agro-alimentares agro-ecológicos na região da SADC. Os consórcios da RMRN são liderados por organizações de investigação e universidades da SADC. O consórcio RMRN deve incluir parcerias coesas com (i) organizações internacionais e/ou organizações/universidades europeias de investigação e (ii) outras organizações, como ONG, sector privado, organizações de agricultores, sociedade civil e entidades públicas.
4. Prevê-se que o Consórcio RMRN tenha uma duração máxima de 48 meses e um orçamento máximo de 4 milhões de euros. O orçamento e a duração exactos serão determinados durante a fase final de elaboração da proposta. Serão disponibilizados fundos adicionais ao CCARDESA para desempenhar o seu papel.
5. A composição da RMRN deve incluir co-requerentes multi-sectoriais relevantes; a composição indicativa é a seguinte
 - 2-4 organizações de investigação africanas e/ou,
 - 2-4 universidades africanas e/ou,
 - 1-2 organizações de investigação internacionais/europeias e/ou,
 - 1-2 organizações não ligadas à investigação; por exemplo, organizações de agricultores, sector privado, serviços de extensão ou sociedade civil e/ou
 - Outros.

- Não obstante, o número total de co-candidatos deve ser limitado (6 a 8), e outros actores de base podem ser envolvidos como sub-beneficiários.

III. QUEM DEVE CANDIDATAR-SE PARA LIDERAR, OPERACIONALIZAR E COORDENAR O CONSÓRCIO RMRN

6. As organizações de investigação e as universidades da região da SADC podem candidatar-se para liderar e coordenar o consórcio RMRN. O candidato deve cumprir os critérios de elegibilidade definidos, conforme descrito a seguir. Sem excepção, o consórcio deve demonstrar conhecimentos científicos especializados em agroecologia.

IV. CONTEÚDO DA CANDIDATURA RMRN

O conteúdo da candidatura dos consórcios RMRN deve incluir:

a) Trabalho proposto/pretendido

O trabalho proposto inclui os elementos B a G da parte II do formulário de apresentação.

O trabalho proposto deve incidir sobretudo em abordagens inovadoras para a produção de conhecimentos, para testar ou dimensionar soluções conducentes a uma transição agro-ecológica do sistema agro-alimentar, para reforçar a capacidade dos investigadores e de outros actores (profissionais, decisores políticos), assim como para desenvolver uma ligação eficaz com o ensino superior.

A resposta ao convite deve:

- **Fornecer informações sobre a metodologia de investigação multidisciplinar** focada nos 13 princípios da Agro-ecologia <https://www.agroecology-europe.org/wp-content/uploads/2023/03/Poster-13-principles-of-Agroecology-ENG.pdf>. (Anexo 1) ou abordar novos desenvolvimentos e processos de inovação de ponta orientados pelos princípios da agro-ecologia.
- Desenvolver abordagens sistémicas/integrais para lidar com a complexidade da transformação do sistema alimentar a diferentes níveis, tais como os níveis da parcela, da exploração agrícola e da paisagem.
- Abordar as diferentes componentes do processo de inovação (nomeadamente a geração de conhecimentos, a criação conjunta de conhecimentos, o desenvolvimento de tecnologias, o reforço das capacidades, os mercados e a elaboração de políticas), com destaque para as inovações frugais e intensivas em conhecimentos, adaptadas às realidades das comunidades locais e dos pequenos agricultores.
- Mobilizar diferentes disciplinas, incluindo as ciências biofísicas e sociais, para poder desenvolver uma investigação interdisciplinar.
- Integrar abordagens sensíveis ao género na promoção das mulheres na ciência, tecnologia e inovação.

As actividades potenciais e esperadas são, por exemplo:

- produzir conhecimentos, efectuar investigação de qualidade, desenvolver ferramentas e métodos científicos;
- desenvolver sistemas de gestão do conhecimento;

- apoiar programas de doutoramento;
- realizar actividades de formação científica e técnica para investigadores;
- reforçar a ligação em rede entre os membros da RMRN e outros actores;
- contribuir para os currículos do ensino superior;
- apoiar conhecimentos e serviços para profissionais e decisores políticos;
- organizar eventos e criar ferramentas para a sensibilização, adopção e divulgação.

b) Ligações com as iniciativas de Agro-ecologia em curso na região da SADC.

Estes elementos devem ser resumidos e estar segundo as directrizes fornecidas no modelo para a preparação das candidaturas.

c) Gestão dos conhecimentos, inovações e expansão.

A resposta deve apresentar as abordagens gerais de gestão dos conhecimentos, incluindo as inovações previstas e as estratégias de expansão/saída.

V. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CANDIDATURA RMRN

A avaliação basear-se-á em cinco critérios (Anexo 2). São eles:

1. Estatuto jurídico do membro da RMRN: O estatuto jurídico de incorporação no país de registo segundo as categorias claramente definidas: organização de investigação africana, universidade africana, organização de investigação internacional/europeia, organizações não ligadas à investigação; por exemplo, organizações de agricultores, sector privado, serviços de extensão ou sociedade civil; e outras.
2. O histórico dos membros do consórcio em termos da sua (a) experiência, especialização em Investigação Agro-ecológica abrangendo os 13 princípios agro-ecológicos e (b) a implementação de tecnologia específica relevante e inovação apoiada pelos membros do consórcio.
3. **Trabalho pretendido:** Este é o pilar ao qual se espera que os respondentes ao Convite prestem atenção extra. De facto, as actividades pretendidas serão baseadas em antecedentes sólidos, metas e objectivos claros; grupos-alvo bem descritos, específicos a serem implementados sob componentes bem definidos, iniciativas de geração de conhecimento pretendidas e, por último, alinhamento total com os princípios da agro-ecologia.
4. **Ligações entre as actividades pretendidas do projecto e outras iniciativas de agro-ecologia na região:** Especificamente, a identificação das iniciativas e como os parceiros serão mobilizados. As principais iniciativas incluem, entre outras, parcerias com implementadores de Iniciativas DeSIRA específicas na Região e outros projectos de agro-ecologia (agricultores, organizações de agricultores e agências agro-alimentares) e ligações específicas com o Programa CAADP XP4 implementado pelo CCARDESA
5. Gestão do conhecimento, inovação, sustentabilidade: as abordagens de gestão e partilha do conhecimento a utilizar, em que medida a proposta é inovadora, como abordar a sustentabilidade da intervenção (RMRN e outras intervenções)

VI. TEMAS PRIORITÁRIOS

- a) **Agro-biodiversidade para apoiar processos agro-ecológicos:** A agro-biodiversidade (culturas, animais, micorrizas/bactérias) é fundamental para apoiar os processos ecológicos no sentido de solos saudáveis, sistemas agrícolas e de cultivo diversificados para uma melhor produção e resiliência, paisagens diversificadas para prestar serviços ecossistémicos. Ao abordar as dimensões técnica, económica, social e política, poderia ser dada uma ênfase específica a (i) culturas negligenciadas e subutilizadas, incluindo a criação evolutiva e a gestão de sistemas de sementes, (ii) a diversidade de variedades autóctones de animais para aumentar a resiliência do sistema pecuário e reforçar os sistemas agrícolas mistos, (iii) a agro-floresta (selecção e associação de árvores, interações com culturas) com desafios específicos em função da zona agro-ecológica (húmida, seca, irrigada).
- b) **Saúde do solo para melhorar a produção e os serviços ecossistémicos:** Os solos são a base da produção alimentar e não alimentar e geram serviços ecossistémicos (ciclo da água, armazenamento de carbono, etc.). É necessário colmatar as lacunas de conhecimento no que respeita aos processos ecológicos e ao desenvolvimento de soluções baseadas em processos ecológicos (incluindo os fertilizantes biológicos e orgânicos). Para fins económicos e ambientais, os profissionais e os agricultores necessitam de apoio (ferramentas, modelos, serviços de aconselhamento) com uma perspectiva holística para gerir a saúde do solo, incluindo o ciclo dos principais nutrientes (N, P, K) com diferentes fontes (fertilizantes orgânicos dentro e fora da exploração, fertilizantes inorgânicos, leguminosas, agrofloretais, etc.). A gestão e a governação eficazes e inclusivas das terras agrícolas e de pastagem são fundamentais para garantir que o solo possa prestar serviços ecossistémicos.
- c) **Gestão integrada das pragas com base em processos agro-ecológicos:** As pragas e as doenças, constituem um desafio para a produção em África. O desenvolvimento de novas soluções baseadas em processos ecológicos é uma prioridade para evitar uma dependência excessiva dos pesticidas químicos. Deve ser dada uma ênfase específica ao desenvolvimento de soluções eficazes e fiáveis que utilizem inimigos naturais monitorizados e estimulados dentro e em redor das parcelas ou produzidos e divulgados. Uma solução alternativa é o desenvolvimento de bio-consumíveis, abordando questões tecnológicas, regulamentares e de mercado, com especial atenção para os riscos potenciais para a saúde humana e dos ecossistemas.
- d) **Gestão da água para fazer face às alterações climáticas:** No contexto das crescentes alterações climáticas, a necessidade de uma melhor monitorização e de soluções inovadoras é cada vez mais importante para fazer face aos riscos (secas e inundações) e gerir a água para a produção agrícola. Para além dos grandes sistemas de irrigação, a I&I deve auxiliar os intervenientes a desenvolver novas práticas (gestão dos solos, identificação de culturas e sistemas de cultivo adaptados, sistemas agro-floretais adaptados, etc.) e tecnologias, incluindo a irrigação gota a gota e a mobilização de energias renováveis, novos processos participativos de gestão da água, etc.
- e) **Mecanização adaptada aos pequenos agricultores para aumentar a produtividade e os rendimentos dos agricultores:** A baixa produtividade do trabalho é uma questão fundamental que deve ser abordada para melhorar a produção e tornar as actividades agrícolas mais atractivas e menos penosas, especialmente para os jovens e as mulheres. A produção e a transformação agrícolas requerem uma mecanização adaptada aos pequenos agricultores e transformadores. A tracção animal continua a ser a opção mais eficaz em muitos países africanos, mas alguns programas de I&I trabalham no desenvolvimento de soluções alternativas. São também necessários pequenos tractores e alfaias

adaptadas para apoiar sistemas agro-ecológicos com capacidades locais de produção e manutenção. Isto levanta questões de tecnologias, instituições e políticas.

- f) **Digitalização para a agro-ecologia:** As ferramentas digitais são desenvolvidas e cada vez mais utilizadas no sector agrícola em África para monitorizar as culturas e gerir recursos como as pastagens ou a água, para facilitar o acesso aos mercados (informações sobre preços, rastreabilidade, etc.) e aos serviços (factores de produção, serviços de aconselhamento, etc.). São utilizados pelos agricultores e, mais frequentemente, pelos profissionais. Contudo, não é dada a necessária atenção às ferramentas digitais para a agro-ecologia, por muito importantes que sejam para a criação conjunta e a partilha de conhecimentos (práticas agro-ecológicas e gestão das explorações agrícolas, acesso a factores de produção para a agro-ecologia, desenvolvimento de serviços económicos e sociais) adaptados aos contextos locais e baseados em conhecimentos locais e científicos. Para além do desenvolvimento tecnológico, as questões em jogo dizem respeito às capacidades (agricultores, conselheiros) ao nível individual e organizacional e à governação dos dados (privacidade, partilha de direitos de propriedade, etc.)
- g) **Cadeias de valor para dar escala à agro-ecologia:** É prioritário dar escala à agro-ecologia por meio de cadeias de valor capazes de valorizar a produção agrícola baseada em princípios agro-ecológicos para aumentar os rendimentos dos agricultores. Devem ser consideradas várias opções. Em primeiro lugar, a valorização dos produtos agrícolas por meio de diferentes mecanismos a avaliar e melhorar (estrutura organizacional, políticas, capacidades), como os mercados urbanos para cadeias de valor curtas ou sistemas de certificação, incluindo os participativos. Em segundo lugar, melhorar a transformação e o comércio com base na economia circular e nas energias renováveis, em consonância com uma transição ecológica, e abordar os desafios tecnológicos, económicos e institucionais. Em terceiro lugar, reforçar cadeias de valor específicas com elevado potencial ecológico e económico, como as leguminosas (soja, feijão, árvores forrageiras, etc.) ou produtos agro-florestais (karité, cacau, etc.) em diferentes etapas da cadeia de valor: produção em sistemas agrícolas integrados e diversificados, transformação para se adaptar às necessidades do mercado e consumo.
- h) **Apoio aos serviços de inovação:** Os agricultores precisam de apoio para desenvolver e melhorar os sistemas agrícolas agro-ecológicos num contexto de mudança. No entanto, os serviços de aconselhamento e outros serviços de apoio à inovação (viveiros de empresas, plataformas de inovação, etc.) devem ser adaptados ou reforçados para prestar serviços pertinentes e eficazes com uma abordagem holística da exploração agrícola, baseada nos princípios da agro-ecologia e destinada a reforçar as capacidades e a valorizar os conhecimentos locais. Existem questões em aberto sobre os métodos a utilizar e as capacidades necessárias para prestar serviços, sobre os mecanismos de governação e financiamento que devem existir e, finalmente, sobre o desempenho dos sistemas de inovação agrícola ao nível local, dos serviços e das políticas.
- i) **Instituições e políticas como motores das transições agro-ecológicas:** A transição do sistema alimentar depende do panorama institucional e político. As políticas globais, continentais e nacionais impulsionam a transição dos sistemas alimentares e podem moldar um ambiente propício à expansão da agro-ecologia. No entanto, é necessário avaliar e apoiar estas políticas para contribuir efectivamente para as mudanças. A transição agro-ecológica exige novos indicadores (económicos, sociais e ambientais) e sistemas de monitorização adaptados para avaliar o desempenho dos sistemas alimentares baseados em princípios agro-ecológicos. As ferramentas de modelização ao nível das explorações agrícolas ou dos países são igualmente úteis para avaliar em que medida e em que condições a agro-ecologia pode dar resposta aos desafios actuais (segurança alimentar, alterações climáticas, perda de biodiversidade, etc.). O diálogo com as principais partes interessadas



(agricultores, sociedade civil, sector privado, decisores políticos) é um passo fundamental para definir questões relevantes, moldar o quadro analítico, discutir os resultados e propor soluções.

APÊNDICE 1: 13 PRINCÍPIOS DA AGRO-ECOLOGIA

Melhorar a eficiência da utilização dos recursos

1. Reciclagem: Concentrar-se nos recursos renováveis locais e fechar, dentro do possível, os ciclos dos recursos de nutrientes e biomassa.
2. Redução dos factores de produção: Reduzir ou eliminar a dependência de consumíveis comprados e aumentar a auto-suficiência.

Criação de resiliência:

3. Saúde do solo: Garantir e melhorar a saúde e o funcionamento do solo para promover o crescimento das plantas, através da gestão da matéria orgânica e da intensificação da actividade biológica do solo.
4. Saúde animal: Melhorar a saúde e o bem-estar dos animais.
5. Biodiversidade: Preservar e aumentar a diversidade de espécies, a diversidade funcional e os recursos genéticos para manter a biodiversidade global dos agro-ecossistemas ao longo do tempo e do espaço ao nível do campo, da exploração agrícola e da paisagem.
6. Sinergias: Promover interacções ecológicas positivas, sinergias, integração e complementaridade entre os elementos dos agro-ecossistemas (animais, culturas, árvores, solo e água).
7. Diversificação económica: Diversificar os rendimentos agrícolas, assegurando que os pequenos agricultores gozem de maior independência financeira e possam criar valor acrescentado, permitindo-lhes satisfazer a procura dos consumidores.

Garantir a equidade/responsabilidade social:

8. Criação conjunta de conhecimentos: Reforçar a criação conjunta e a partilha horizontal de conhecimentos, incluindo a inovação local e científica, mediante intercâmbios entre agricultores.
9. Valores sociais e tipos de dieta: Criar sistemas alimentares que se baseiem na cultura, identidade, tradição, equidade social e igualdade de género das comunidades locais, que garantam regimes alimentares saudáveis, diversificados, sazonais e culturalmente adequados.
10. Equidade: Assegurar meios de subsistência dignos e fiáveis a todos os intervenientes nos sistemas alimentares, especialmente aos pequenos agricultores, por meio de um comércio justo, de condições de trabalho justas e de um tratamento justo dos direitos de propriedade intelectual.

11. Conectividade: Garantir a proximidade e a confiança entre produtores e consumidores através da promoção de canais de distribuição justos e curtos e da reintegração dos sistemas alimentares nas economias locais.
12. Governança da terra e dos recursos naturais: Reforçar as estruturas institucionais para melhorar o reconhecimento e o apoio concedido às explorações familiares, aos pequenos agricultores e aos camponeses que asseguram a gestão sustentável dos recursos naturais e genéticos.
13. Participação: Incentivar a organização social e a maior participação dos produtores e consumidores de alimentos na tomada de decisões para promover a governança descentralizada e a gestão adaptativa local dos sistemas agrícolas e alimentares.

APÊNDICE 1: CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

Estatuto Legal dos Membros do Consórcio	5
Histórico dos Membros do Consórcio	20
Trabalho de Investigação Pretendido	50
Ligações com Iniciativas Nacionais e Regionais de Agro-ecologia	10
Gestão do Conhecimento	15
Pontuação Total	100